



CONCURSO PÚBLICO
PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS
EFETIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
UNIÃO DA VITÓRIA (FUSA) – PARANÁ

CADERNO DE PROVAS

CARGO:

CONSULTOR JURÍDICO



Antes de iniciar a prova, leia as instruções abaixo:

1. Espere a ordem do fiscal para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul.
4. A folha de respostas compõe-se de quadrículas. Para assinalá-las, basta preencher toda a quadrícula da questão escolhida, da seguinte forma: ■
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o Fiscal comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue TODO O MATERIAL recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Coloque somente seu número de inscrição; não coloque seu nome nem na folha de respostas, nem nas provas.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova acompanhado do fiscal de corredor.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o verso da ficha de comprovação de inscrição.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Os gabaritos estarão disponíveis no site da UniuV: www.uniuV.edu.br, no dia 22/10.
18. O resultado do concurso será publicado na Imprensa Oficial e estará disponível no site da UniuV, no dia 29/10.



1 - Assinale a única opção que contempla princípios aos quais deve obedecer a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- (A) Legalidade e precedência da administração fazendária e seus servidores fiscais, dentro de suas áreas de competência, sobre os demais Poderes da União, na forma da lei.
- (B) Eficiência e acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País em igualdade de condições.
- (C) Economicidade e exercício exclusivo de funções de confiança por servidores ocupantes de cargo efetivo, e preenchimento de cargos em comissão, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- (D) Moralidade e contratação de obras, convênios, compras e alienações mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições aos concorrentes, permitidas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, nos termos da lei.
- (E) Publicidade e destinação prioritária de recursos para a realização de atividades das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, desde que haja autorização judicial para tanto.

2 - O poder constituinte derivado ou de reforma constitucional, previsto pela Constituição brasileira, de acordo com a doutrina nacional, é :

- (A) Condicionado por limites explícitos e implícitos, não estando sujeito ao controle jurisdicional, mas ao parlamentar de constitucionalidade.
- (B) Incondicionado, embora possam os atos que dele emanarem sujeitar-se a controle de constitucionalidade, em decorrência de limites implícitos a ele assinalados.
- (C) Limitado por cláusulas de intangibilidade, cuja violação pode ensejar a declaração de inconstitucionalidade da emenda constitucional, por via difusa ou concentrada.
- (D) Ilimitado, podendo levar à declaração de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, da emenda constitucional por inconstitucionalidade formal.
- (E) Incondicionado, não sendo possível ao Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade do ato dele emanado.

3 - Nos termos da Constituição Federal:

- (A) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal podem convocar Ministro de Estado para prestar informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência injustificada.
- (B) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- (C) Os Membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não podem ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa.
- (D) As comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo, inclusive, determinar busca e apreensão domiciliar.
- (E) À Câmara dos Deputados compete privativamente aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.



4 - São causas que autorizam a intervenção do Estado no Município: (assinale a alternativa INCORRETA):

- (A) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
- (B) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- (C) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- (D) Deixar de ser paga, sem motivo de imperiosa relevância pública, dívida ativa da União;
- (E) O Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

5 - Analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa CORRETA:

- (I) A criação de cargo público nos quadros do Poder Executivo, realizada por meio de lei municipal cuja iniciativa legislativa foi deflagrada por Vereador, não incide em inconstitucionalidade formal;
- (II) Lei municipal que apresenta antinomia direta e frontal, somente com a Constituição Federal, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça Estadual;
- (III) O controle de constitucionalidade pela via incidental ou difusa só pode ocorrer no bojo de um processo de conhecimento;
- (IV) Atos normativos secundários, tais como decretos regulamentares que não inovam originariamente a ordem jurídica, sempre poderão ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- (V) A ação declaratória de constitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal poderá ter como objeto lei ou ato normativo federal e estadual.

- (A) apenas as assertivas I e IV estão incorretas;
- (B) apenas as assertivas II e III estão incorretas;
- (C) apenas as assertivas I, IV e V estão incorretas;
- (D) apenas as assertivas II e V estão incorretas;
- (E) todas as assertivas estão incorretas.

6 - Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre: (assinale a alternativa CORRETA):

- (A) Orçamento, produção e consumo, previdência social e serviço postal;
- (B) Desapropriação, telecomunicações, orçamento e custas dos serviços forenses;
- (C) Proteção à infância e à juventude, ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- (D) Procedimentos em matéria processual, proteção e defesa da saúde, política de crédito e serviço postal;
- (E) Águas, energia, juntas comerciais e orçamento.

7 - De acordo com a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, são considerados "*legitimados universais*" para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante aquele Tribunal: (assinale a alternativa CORRETA):

- (A) Apenas o Procurador-Geral da República e o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- (B) Apenas a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional e o Procurador-Geral da República;
- (C) Apenas o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- (D) Apenas a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal, o partido político com representação no Congresso Nacional e o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- (E) Apenas o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e o partido político com representação no Congresso Nacional.



8 - No controle difuso da constitucionalidade:

- (A) Somente os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade das leis e atos normativos, pelo voto da maioria dos seus membros;
- (B) A declaração de inconstitucionalidade nunca produzirá efeitos erga omnes;
- (C) As decisões proferidas em única ou última instância estarão sujeitas a recurso extraordinário, quando declararem a inconstitucionalidade de lei federal;
- (D) O processo deverá ser suspenso, se houver ação direta de inconstitucionalidade contra a mesma lei ou ato normativo pendente de julgamento no STF;
- (E) N.d.a.

9 - Assinale a única opção que esteja em consonância com os direitos e deveres individuais e coletivos assegurados pela Constituição.

- (A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
- (B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, observados os limites estabelecidos pela censura e obtenção de licença nos termos da lei;
- (C) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a pagamento pela utilização devidamente autorizada e o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- (D) A recusa de oficial do registro civil de registrar também no nome do companheiro filho de pessoa que não seja casada, quando a mulher comparecer sozinha para fazer o registro da criança, não viola a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações nos termos da Constituição;
- (E) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens vai até o limite do valor do patrimônio dos sucessores.

10 - A República Federativa do Brasil possui fundamentos e as relações internacionais do País devem ser regidas por princípios. Assinale a única opção que contempla um fundamento da República e um princípio que deve reger as relações internacionais do Brasil.

- (A) Soberania e dignidade da pessoa humana;
- (B) Prevalência dos direitos humanos e independência nacional;
- (C) Defesa da paz e solução pacífica dos conflitos;
- (D) Cidadania e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- (E) Pluralismo político e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

11 - No âmbito do contrato administrativo, assinale a hipótese que não se configura como motivo para a rescisão unilateral do contrato pela Administração.

- (A) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
- (B) Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- (C) Atraso superior a 90 dias dos pagamentos pela Administração;
- (D) Ocorrência de força maior ou caso fortuito;
- (E) Atraso injustificado no início da obra.

12 - A concessão de serviço público, pela qual o Estado delega a terceiros a sua execução e/ou exploração, procedida de regulamentação das condições do seu funcionamento, organização e modo de prestação, uma vez selecionado o concessionário, ela se ultima e formaliza mediante

- (A) ato concessivo unilateral vinculado;
- (B) ato unilateral discricionário;
- (C) ato unilateral precário;
- (D) ato discricionário e precário;
- (E) contrato bilateral, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae.



13 - João falsificou documentos para obtenção de horas extras não prestadas. Nesse caso, João praticou:

- (A) Incontinência de conduta;
- (B) Ato de improbidade;
- (C) Ato de indisciplina;
- (D) Ato de insubordinação;
- (E) Ato de desídia.

14 - Quanto ao regime constitucional dos servidores públicos, considere as afirmativas abaixo.

- (I) A remuneração por meio de subsídio é realizada em parcela única, vedada a acumulação de qualquer outra parcela remuneratória;
- (II) O direito à livre associação sindical e o direito à greve são constitucionalmente assegurados, ainda que possam ser regulados por lei;
- (III) O servidor público é considerado estável após o decurso do prazo de 3 (três) anos, contados a partir da nomeação para o cargo;

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) I e II, apenas;
- (C) I, II e III;
- (D) II, apenas;
- (E) II e III, apenas.

15 - A desclassificação do licitante, motivada pelo não atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório do certame, está diretamente relacionada com o princípio da:

- (A) Competitividade;
- (B) Igualdade entre os licitantes;
- (C) Sigilo na apresentação das propostas;
- (D) Economicidade;
- (E) Vinculação ao edital.

16 - Caso um servidor público de uma autarquia cause dano a terceiros, no exercício de suas atribuições, o servidor estará submetido ao regime da responsabilidade civil:

- (A) Subjetiva, enquanto a autarquia a que pertence estará sujeita ao regime da responsabilidade civil objetiva;
- (B) Subjetiva, assim como a autarquia a que pertence;
- (C) Objetiva, enquanto a autarquia a que pertence estará sujeita ao regime da responsabilidade civil subjetiva;
- (D) Objetiva ou subjetiva, conforme respectivamente a autarquia preste serviço público ou não, valendo a mesma regra para a definição do regime da responsabilidade civil da autarquia;
- (E) Objetiva, assim como a autarquia a que pertence.

17 - São formas de provimento de cargo público, exceto:

- (A) Recondução;
- (B) Aproveitamento;
- (C) Transferência;
- (D) Promoção;
- (E) Reversão.



18 - Em face dos preceitos legais e doutrinários de direito administrativo vigentes, pode-se asseverar que:

- (A) Os poderes disciplinar, discricionário, hierárquico, regulamentar, vinculado e de polícia podem ser exercitados por uma mesma autoridade, na prática de um só ato de gestão.
- (B) As contratações de compras, obras e serviços para a Administração Pública Federal devem ser precedidas de concorrência, tomada de preço ou carta-convite.
- (C) Os contratos administrativos regidos pelo regime da Lei nº 8.666/93 são absolutamente comutativos e sinalagmáticos.
- (D) A presunção de legalidade dos atos administrativos, dotados do atributo de imperatividade, impõe-lhes a coercibilidade, mesmo sendo ilegais, enquanto não invalidados.
- (E) Os servidores da Administração Pública Federal Direta e Indireta são regidos pelo regime jurídico único, da Lei nº 8.112/90.

19 - Transeunte que sofrer dano decorrente de serviço público ou de ato de servidor público

- (A) Será sempre ressarcido pela Administração Pública, independentemente de eventual dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).
- (B) Poderá ser ressarcido somente pelo servidor responsável pelo evento danoso.
- (C) Poderá ser ressarcido pela Administração Pública, caso o evento não tenha ocorrido por dolo ou culpa exclusiva dele (transeunte).
- (D) Será ressarcido somente na hipótese de comprovação de dolo ou culpa do servidor responsável.
- (E) Poderá ser ressarcido pelo servidor responsável pelo evento e, somente na impossibilidade deste, caberá à Administração Pública indenizá-lo (transeunte).

20 - Assinale a alternativa correta:

- (A) É vedada, no ordenamento jurídico vigente, a destinação de recursos orçamentários e bens públicos às organizações sociais.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica estão sujeitas ao regime das empresas privadas e, portanto, podem celebrar contratos sem prévia licitação.
- (C) Enquanto a concessão de serviço público é precedida de licitação, a permissão, em razão de seu caráter precário, dela independe.
- (D) As empresas concessionárias de serviços públicos, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente de culpa.
- (E) Em razão do princípio da livre iniciativa, não há restrições para que o Estado explore a atividade econômica.

21 - Em relação ao ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) O ato administrativo discricionário é aquele que possibilita ao agente público competente posicionar-se, livre e incondicionalmente, sobre determinada questão.
- (B) O ato praticado pelo “agente de fato” é sempre nulo, independentemente da aparência de legalidade.
- (C) O ato administrativo composto é aquele que se forma pela conjugação de vontades de mais de um órgão administrativo.
- (D) A administração pública, para anular ato próprio, em razão da constatação de ilegalidade, deverá necessariamente buscar o provimento jurisdicional nesse sentido.
- (E) O ato discricionário, quando motivado, fica vinculado ao motivo que lhe serviu de suporte, com o que, se verificado ser ele falso ou inexistente, deixa de subsistir.



22 - Assinale a alternativa correta:

- (A) Os bens dominicais caracterizam-se por estarem afetados a finalidades públicas específicas e, portanto, não podem ser alienados, salvo na hipótese de desafetação;
- (B) Os bens de uso especial podem ser alienados, independentemente de desafetação.
- (C) Enfrentando o tema do controle jurisdicional sobre as políticas públicas, o Supremo Tribunal Federal admitiu o provimento jurisdicional no sentido de obrigar o poder público a ofertar atendimento às crianças, em creche e em pré-escola.
- (D) É vedado ao poder concedente, em razão das normas gerais sobre a delegação de serviço público, intervir na concessão.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

23 - Sobre licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) Nos contratos administrativos, as chamadas “cláusulas exorbitantes” conferem privilégios indevidos à Administração Pública e, portanto, são consideradas abusivas, passíveis de nulidade.
- (B) Na licitação, na modalidade convite, a ausência de apresentação efetiva de pelo menos três propostas impõe a realização de nova licitação, salvo se, por limitações do mercado ou desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes.
- (C) É admitida a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, com profissionais de notória especialização, o que inclui os serviços de publicidade.
- (D) Exige-se a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades da administração.
- (E) Não há que se falar em dispensa de licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, para atividades contempladas no contrato de gestão, ainda que qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo.

24 - Assinale a alternativa correta:

- (A) As disposições da Lei da Improbidade Administrativa são aplicáveis somente ao agente público, conceituado como aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função pública.
- (B) Os atos de improbidade administrativa são classificados nos que importam em enriquecimento ilícito e nos que causam prejuízo ao erário, e a mera ofensa aos princípios da administração pública não configura ato de improbidade, pois não provoca lesão, propriamente dita, ao patrimônio público.
- (C) O empenho, indispensável para a realização de despesas, é o ato que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.
- (D) A liquidação da despesa consiste no pagamento de determinada obrigação pela administração pública.
- (E) É vedado ao ocupante de cargo eletivo, em qualquer hipótese, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte.

25 - A respeito do tema agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (B) As funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargos efetivo.
- (C) É vedada a acumulação de proventos de aposentadoria decorrente do exercício de atividade pública com a remuneração de cargos públicos, ainda que em comissão.
- (D) Compete privativamente ao chefe do poder executivo a iniciativa de lei que disponha sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta.
- (E) O Supremo Tribunal Federal entendeu que, enquanto não disciplinado em lei o direito de greve do servidor público civil, aplica-se, no que couber, a Lei 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada.



26 - O ato jurídico perfeito e acabado, para o qual concorreram os elementos essenciais de validade:

- (A) Pode ser anulado por interesse público;
- (B) Pode ser anulado por conveniência administrativa;
- (C) Não pode ser revogado por interesse público;
- (D) Não pode ser revogado por conveniência administrativa;
- (E) Pode ser revogado por conveniência administrativa.

27 - Ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência; e ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato legal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado. Tais situações referem-se respectivamente:

- (A) À anulação e ao saneamento;
- (B) Ao saneamento e à anulação;
- (C) À confirmação e à revogação;
- (D) À convalidação e à revogação;
- (E) À revogação e à convalidação.

28 - Julgue os itens relativos aos poderes do administrador público:

- (I) Poder de polícia é faculdade de que dispõe a administração para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado;
- (II) Poder disciplinar é o que dispõe o gestor público para distribuir e escalonar funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre servidores do seu quadro de pessoal,
- (III) Poder regulamentar é a faculdade de explicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei;
- (IV) Poder hierárquico é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração;
- (V) Poder vinculado é aquele que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.

Estão certos apenas os itens:

- (A) I, II e III;
- (B) I, II e IV;
- (C) I e V;
- (D) II, IV, e V;
- (E) III, IV, e V.

29 - Analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta:

- (I) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;
- (II) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social;
- (III) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- (IV) O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais;
- (V) O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.



- (A) Todas as assertivas estão corretas;
- (B) Apenas a assertiva I está incorreta;
- (C) Apenas a assertiva II está incorreta;
- (D) Apenas a assertiva III está incorreta;
- (E) Apenas as assertivas IV e V estão incorretas.

30 - Produz efeitos erga omnes e vinculante a decisão de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal:

- (A) Em Recurso Extraordinário, sempre que envolver matéria constitucional;
- (B) Somente em Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade;
- (C) Em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental;
- (D) Em todas as ações que envolvam matéria constitucional;
- (E) N.d.a.